

DIDÁTICA EM TEMPOS DE RETROCESSOS DEMOCRÁTICOS: O DESAFIO DE PENSAR COMPLEXO

TEACHING IN TIMES OF DEMOCRATIC SETBACKS: THE CHALLENGE OF COMPLEX THINKING

Alfredo Henrique Corrêa de Paula¹
Marilza Vanessa Rosa Suanno²

Recebido em: 21 out. 2022
Aceito em: 20 dez. 2022

RESUMO

O artigo tem como objetivo apresentar reflexões sobre o papel da didática em tempos de retrocessos democráticos. Primeiramente, são apresentadas as potencialidades revigorantes do ensino quando o ato de ensinar é visto como ato de resistência, de conservação e de revolução. Em seguida, enfatiza-se a mudança paradigmática de pensamento proposta por Edgar Morin. Por último, aponta-se como a didática fundamentada na Epistemologia da Complexidade pode ser um caminho para o fortalecimento democrático.

Palavras-chave: Didática. Epistemologia da Complexidade. Democracia.

ABSTRACT

Abstract

The article aims to present reflections on the role of didactics in times of democratic setbacks. First, the invigorating potential of teaching is presented when the act of teaching is seen as an act of resistance, conservation and revolution. Then, the paradigmatic change of thought proposed by Edgar Morin is emphasized. Finally, it is pointed out how didactics based on the Epistemology of Complexity can be a path to democratic strengthening.

Keywords: Didactics. Epistemology of Complexity. Democracy.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás - PPGE/FE/UFG, orientado pela Profa. Dra. Marilza Vanessa Rosa Suanno. Analista Judiciário do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás (TRE-GO). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5822-3237>. E-mail: alfredohenrique@live.com

² Doutora em Educação, pela Universidade Católica de Brasília. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação-PPGE/FE/UFG. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5892-1484>. E-mail: marilzasuanno@uol.com.

INTRODUÇÃO

“Esse é tempo de divisas,
tempo de gente cortada.
De mãos viajando sem braços,
obscenos gestos avulsos.”

Carlos Drummond de Andrade, *Nosso Tempo*.

Na clássica obra de Linz e Stepan, *A transição e consolidação da democracia: a experiência do sul da Europa e da América do Sul*, os autores apresentaram critérios para análise da solidez de um regime democrático, quais sejam: uma sociedade civil livre e ativa (ou pelo menos condições para seu desenvolvimento), uma sociedade política relativamente autônoma e valorizada, um estado de direito capaz de garantir liberdades aos cidadãos, uma burocracia estatal estável e uma sociedade econômica institucionalizada (1999, p. 25-26).

Segundo os pesquisadores, “dos sete países sul-europeus e sul-americanos que analisamos neste livro, o Brasil foi o que teve maiores dificuldades para consolidar a democracia” (1999, p. 203). Entre os principais problemas identificados à época para o entranhamento definitivo da democracia dentro da cultura política nacional estavam: a) o fato de que o Brasil tinha “de longe, a distribuição de renda mais desigual, e os piores níveis educacionais e de bem-estar social de todos os países sul-europeus e sul-americanos” (1999, p. 203); b) a existência de um sistema político-partidário altamente desestruturado (1999, p. 203); e c) as fortes limitações impostas à transição tanto pelos militares quanto pela crise da dívida (1999, p. 224). Com base nisso, concluíram, naquele momento, o Brasil era “um caso de democracia não-consolidada” (1999, p. 224).

Após a eleição de primeiro mandato do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, Linz e Stepan destacaram que houve uma mudança de ventos e a consolidação – que antes parecia improvável – poderia ter sucesso, uma vez que o presidente eleito gozava de alta aprovação entre a população e entre as elites.

Esse clima de relativo otimismo em relação ao sucesso da virada democrática no Brasil permaneceu estável durante alguns anos. No fim da primeira década dos anos 2000, a análise feita por observadores internacionais era de que no Brasil o

sistema político estava amadurecendo, produzindo mecanismos efetivos para representação e *accountability*, e que tanto esquerda quanto direita haviam moderado seus discursos e caminhado rumo ao centro (DIAMOND, 2008).

Todavia, a última década nos mostrou que “há algo podre no reino do Brasil”. Valores antidemocráticos continuam fortes no seio da sociedade brasileira e a retórica do ódio, da violência e da destruição reganharam espaço no debate público. Embora a possibilidade de um golpe nos moldes tradicionais seja baixa (LEVINSTKY; ZIBLAT, 2018), as possibilidades de a democracia ruir são reais. Há, inclusive, quem acredite que o golpe já ocorreu (SANTOS, 2016) ou que estamos em um estado pós-democrático (CASARA, 2017).

Todos os cinco elementos representativos da consolidação democrática estão, em níveis maiores ou menores, em processo de deterioração por ação de agentes políticos relevantes. Há constantes ataques à sociedade civil, especialmente à liberdade de imprensa; há fortes tentativas de comprometer o exercício de direitos políticos, com manobras de intervenção na Justiça Eleitoral; o sistema de leis e justiça está desprestigiado e desgastado, tanto por ação política coordenada quanto por ações moral e legalmente questionáveis de membros do Ministério Público e do Poder Judiciário; e há uma grave crise econômica em curso, acentuando ainda mais as desigualdades no país.

Diante desse contexto político, econômico e social, proponho uma reflexão sobre o papel da didática em tempos de retrocessos democráticos. Utilizarei como norte para minhas elaborações teóricas autores que estudam a Epistemologia da Complexidade – principalmente, a obra de Edgar Morin. Primeiramente, discutirei as potencialidades revigorantes do ensino quando o ato de ensinar é visto como ato de resistência, de conservação e de revolução. Em seguida, apresentarei a mudança paradigmática de pensamento proposta por Edgar Morin. Por derradeiro, sustentarei que a didática fundada na Epistemologia da Complexidade pode ser um caminho para o fortalecimento democrático.

ENSINAR: ATO DE RESISTÊNCIA, DE CONSERVAÇÃO E DE REVOLUÇÃO

“Posso, sem armas, revoltar-me?”

Carlos Drummond de Andrade, *A flor e a náusea*.

No Brasil, durante muito tempo, a formação de professores concentrou-se em munir o docente de técnicas de ensino que garantissem uma aprendizagem “eficiente” dos conteúdos pré-estabelecidos. Encarava-se o ato didático como sendo cientificamente neutro, razão pela qual deveria ser meramente prescritivo e técnico (OLIVEIRA; ANDRÉ, 1997, p. 9).

A partir da década de 70, ganharam tração correntes de pensamento que questionavam o caráter ideológico do ensino e o papel da escola na reprodução das desigualdades sociais e do sistema político vigente (OLIVEIRA; ANDRÉ, 1997, p. 10). Àquela altura, o regime militar, em nome da ordem, impunha censuras, praticava torturas, exilava dissidentes. Os professores e pesquisadores, assim como diversos setores da sociedade brasileira, procuravam alternativas para reconquistar liberdades e fazer a democracia florescer.

Na década seguinte, uma nova visão do papel da Didática na formação de professores emergiu. Segundo Oliveira e André (1997, p. 14), nessa novel etapa, a disciplina deveria “propiciar a análise crítica da realidade do ensino por parte dos professores-alunos, buscando problematizá-la e explicá-la à luz do contexto em que se produz; dessa problematização, devem-se buscar respostas ou novas perguntas às questões postas”.

A partir de então, embora com variações, sedimentou-se entre os estudiosos da Didática no Brasil a compreensão de que o ensino é um fenômeno complexo, cuja finalidade é “formar os estudantes para que consigam se situar no mundo, ler o mundo, analisar e compreender o mundo e seus problemas, com vistas a propor formas de superação e emancipação humana e social” (PIMENTA, 2019, p. 35).

Moraes (2015, p. 189) explica de forma detalhada:

Em geral, a quase totalidade dos autores advoga por uma didática crítica, socialmente comprometida, voltada para a compreensão e análise da realidade social na qual a escola está incluída, pautada, portanto, na dialética,

na visão do aluno como ser concreto, historicamente situado e contextualizado, bem como na percepção do ensino como difusor de conhecimento e oportunidade de reelaboração crítica, sendo o professor o mediador entre alunos e conteúdos ministrados. É uma didática preocupada em superar aquele pedagogismo ingênuo que não leva em conta os determinantes sociais do fenômeno educacional, em direção a uma proposta verdadeiramente comprometida com a democratização da escola e a construção do saber a serviço dos interesses das classes populares.

Indo mais além, entendo que o ato de ensinar deve estar conectado às nossas finalidades terrestres, quais sejam resistir, conservar e revolucionar (MORIN; KERN, 2011, p. 99).

A ação do professor deve contribuir para a sobrevivência da humanidade. A aula tem, entre outras funções, de servir como experiência de *resistência* “contra os retornos e manifestações da grande barbárie” (MORIN; KERN, 2011, p. 100). “Essa grande barbárie, lembremos, é o produto da aliança entre as forças, sempre virulentas, de dominação, violência e ódio que se manifestam desde os começos da história humana” (MORIN; KERN, 2011, p. 99).

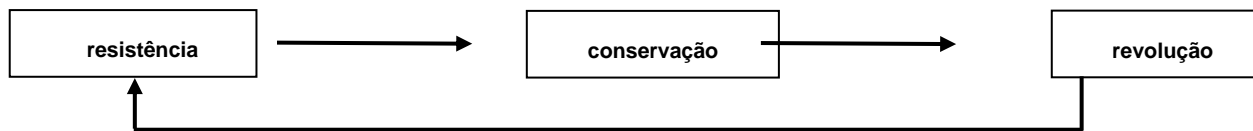
Por isso, não basta o ensino de competências técnicas, destinadas ao preenchimento de vagas de emprego em uma sociedade qualquer. É fundamental que a experiência educacional proporcione ao estudante a visão ampla de que não é suficiente se acomodar a uma sociedade injusta e desigual. Há de se ter olhos para ver, boca para falar, mãos para levantar quando manifestações da barbárie, a exemplo do nazismo, do facismo, das ditaduras, dos totalitarismos, ganham força e corporeidade.

A sala de aula deve conscientizar a todos da importância de *conservar* as diversidades culturais e naturais contra os processos de uniformização e destruição (MORIN; KERN, 2011, p. 99). O ensino deve priorizar o despertar da consciência dos riscos que ameaçam a espécie humana, não apenas de armas nucleares e explosões virais, mas também da “crueldade anônima” fruto “barbárie tecnoburocrática” (MORIN; KERN, 2011, p. 100).

Além disso, o ensino deve ser *revolucionante*. A ação docente deve almejar a hominização, isto é, deve ter em vista como criar condições para nos tornarmos uma comunidade de nações, já que somos uma comunidade de destino. Morin e Kern (2011, p. 101) esclarecem que “a busca da hominização deve ser concebida como o

desenvolvimento de nossas potencialidades psíquicas, espirituais, éticas, culturais e sociais”.

Morin e Kern (2011, p. 101) assim esquematizam esse processo:



O ato de ensinar pode – e deve – ser um ato, como diria Drummond, de revolta. Sem armas, ainda é possível lutar para que os retrocessos democráticos que procuram se instalar na sociedade brasileira sejam contidos, para que as desigualdades sociais não se aprofundem ainda mais, para que os preconceitos e discriminações se desfaçam e para que as polarizações destruidoras arrefeçam.

MUDANÇA PARADIGMÁTICA: DA SIMPLIFICAÇÃO À COMPLEXIDADE

“A porta da verdade estava aberta,
Mas só deixava passar
Meia pessoa de cada vez.”
Carlos Drummond de Andrade, *Verdade*.

Paradigmas são princípios supralógicos de organização do pensamento que governam nossa visão das coisas e do mundo (MORIN, 2015, p. 10). Um exemplo, extraído da obra de Edgar Morin, refere-se à mudança da visão geocêntrica (em que a Terra era considerada o centro do universo) para a visão heliocêntrica. Nesse caso, não houve uma mudança completa dos dados disponíveis, mas houve uma transformação na forma de se enxergar a realidade, o que resultou em uma reformulação na seleção e organização dos dados.

Para Morin, atualmente vivemos imersos em um “paradigma de simplificação”, que se orienta pelos princípios da *disjunção*, da *redução* e da *abstração* (2015, p. 11). Esse paradigma isolou os conhecimentos, “rareando as comunicações entre o conhecimento científico e a reflexão filosófica” (MORIN, 2015, p. 11). Esse modo de ver e proceder gera diversas patologias:

A antiga patologia do pensamento dava uma vida independente aos mitos e aos deuses que criava. A patologia moderna da mente está na *hipersimplificação* que não deixa ver a complexidade do real. A patologia da ideia está no *idealismo*, onde a ideia oculta a realidade que ela tem por missão traduzir e assumir como a única real. A doença da teoria está no *doutrinarismo* e no *dogmatismo*, que fecham a teoria nela mesma e a enrijecem. A patologia da razão é a *racionalização* que encerra o real num sistema de ideias coerente, mas parcial e unilateral, e que não sabe que uma parte do real é irracionalizável, nem que a racionalidade tem por missão dialogar com o irracionalizável. (MORIN, 2015, p. 15, grifos nossos)

Morin destaca que “o pensamento simplificador é incapaz de conceber a conjunção do uno e do múltiplo (*unitat multiplex*). Ou ele unifica abstratamente ao anular a diversidade, ou, ao contrário, justapõe a diversidade sem conceber a unidade” (MORIN, 2015, p. 12). Ele não rejeita as operações mentais de separar, classificar, hierarquizar, ordenar..., mas ressalta que “tais operações, necessárias à inteligibilidade, correm o risco de provocar a cegueira, se elas eliminam os outros aspectos do complexus” (MORIN, 2015, p. 14).

Por isso, ele propõe uma mudança para o paradigma da complexidade. Esse novo paradigma refunda a forma de pensar e avança para o pensamento complexo. Trata-se de um pensamento:

- que compreenda que o conhecimento das partes depende do conhecimento do todo e que o conhecimento do todo depende do conhecimento das partes;
- que reconheça e examine os fenômenos multidimensionais, em vez de isolar, de maneira mutiladora, cada uma de suas dimensões;
- que reconheça e trate as realidades, que são, concomitantemente solidárias e conflituosas (como a própria democracia, sistema que se alimenta de antagonismos e ao mesmo tempo os regula);
- que respeite a diferença, enquanto reconhece a unicidade. (MORIN, 2018, p. 88-89)

Moraes (2015, p. 195-196) detalha:

A complexidade pauta-se também pela indeterminação, pela imprevisibilidade entranhada no tecido do universo, pela diversidade constitutiva do real, pelas emergências presentes em todas as dimensões da vida, pela incerteza como expressão das múltiplas potencialidades do real e como condição do existir humano [...]. Em sua dimensão organizacional, a complexidade nos revela que a realidade é multidimensional em sua natureza complexa, interdependente, mutável, entrelaçada e nutrida pelos fluxos que acontecem no ambiente e a partir do que cada um faz.

Para desenvolver o pensamento complexo, Morin apresenta sete princípios, complementares e interdependentes. Primeiro, o *princípio sistêmico ou organizacional* baseia-se na ideia de Blaise Pascal de que é “impossível conhecer as partes sem

conhecer o todo, tanto quanto conhecer o todo sem conhecer, particularmente, as partes”. Esse princípio busca demonstrar que o todo não é sempre maior que as partes, uma vez que as qualidades das partes podem ser inibidas pelo todo (MORIN, 2018, p. 94). Morin (2015, p. 85) fornece um exemplo:

Tomemos uma tapeçaria contemporânea. Ela comporta fios de linho, de seda, de algodão e de lã de várias cores. Para conhecer essa tapeçaria, seria interessante conhecer as leis e os princípios relativos a cada um desses tipos de fio. Entretanto, a soma dos conhecimentos sobre cada um desses tipos de fio componentes da tapeçaria é insuficiente para se conhecer esta nova realidade que é o tecido, isto é, as qualidades e propriedades próprias dessa textura, como, além disso, é incapaz de nos ajudar a conhecer sua forma e sua configuração.

O *princípio holográfico* afirma que a parte está no todo como o todo está nas partes. “Assim, cada célula é uma parte de um todo – o organismo global -, mas também o todo está na parte: a totalidade do patrimônio genético está presente em cada célula individual” (MORIN, 2018, p. 94).

O *princípio do circuito retroativo* propõe um rompimento com a causalidade linear, demonstrando que a causa age sobre o efeito e o efeito age sobre a causa (retroação). Morin (2018, p. 95) cita, como exemplos, os processos inflacionários ou estabilizadores que ocorrem nos fenômenos econômicos, sociais, políticos e psicológicos.

O *princípio do circuito recursivo*, por sua vez, propõe que “os produtos e efeitos são, eles mesmos, produtores e causadores daquilo que os produz” (MORIN, 2018, p. 95). A democracia é um exemplo de fenômeno recursivo: “em primeiro lugar, os governantes dependem dos cidadãos, que dependem dos governantes. Em segundo lugar, a democracia produz cidadãos, que produzem a democracia” (MORIN, 2015b, p. 14).

O *princípio da autonomia/dependência* ressalta que os seres vivos são autônomos, porém dependem do ambiente para manter sua autonomia (MORIN, 2018, p. 95).

O *princípio dialógico* trabalha com a “inseparabilidade de noções contraditórias” (MORIN, 2018, p. 96). Trata-se de compreender que duas noções que, em tese, deveriam excluir-se reciprocamente, são indissociáveis. “Niels Bohr, por exemplo,

reconheceu a necessidade de conceber partículas físicas como corpúsculos e como ondas, ao mesmo tempo” (MORIN, 2018, p. 96).

Por último, o *princípio da reintrodução do conhecimento em todo conhecimento* frisa que “todo conhecimento é uma reconstrução/tradução feita por uma mente/cérebro, em uma cultura e época determinadas” (MORIN, 2018, p. 96).

DIDÁTICA FUNDAMENTADA NA EPISTEMOLOGIA DA COMPLEXIDADE: UM CAMINHO PARA O FORTALECIMENTO DEMOCRÁTICO

“Uma flor nasceu na rua!”
Carlos Drummond de Andrade, *A flor e a náusea*.

A educação não é uma panaceia. Contudo, qualquer projeto de mudança real na sociedade passa, necessariamente, pela escola. A sala de aula é um ambiente de desenvolvimento intelectual, afetivo e psicológico, pelo qual quase todas as pessoas passarão. O professor não é um super-humano, mas a perspectiva didática adotada pelo docente pode favorecer a construção de uma sociedade mais justa, livre e solidária.

A história acidentada e tortuosa da democracia no Brasil coloca mais urgência na reflexão sobre a importância de uma didática comprometida com o fortalecimento democrático. Particularmente, dada a natureza recursiva da democracia, o cuidado na formação dos cidadãos deve ser uma das prioridades docentes. Afinal, “a democracia é um sistema frágil que crises graves podem arruinar e que demanda um longo enraizamento histórico para se consolidar” (MORIN, 2015c, p. 81).

Uma didática fundamentada na Epistemologia da Complexidade favorece o “estudo e problematização de temáticas em perspectiva multidimensional, multirreferencial e autorreferencial” (SUANNO, 2021). Em contextos de recessão democrática, há uma perda de prestígio de valores como a pluralidade e diversidade; ganham espaço discursos que apelam para reducionismos, fragmentações e abstrações. Há uma tentativa de redução do outro, do diferente, a uma mera caricatura, a um estereótipo. É o exemplo de discursos que apostam no pânico moral

para movimentar a opinião pública a aprovar pautas reacionárias (MIGUEL; OLIVEIRA, 2021).

A valorização da pluralidade e da diversidade em sala de aula é um vetor fundamental na formação de uma mentalidade democrática. Conforme explica Moraes (2015, p. 206):

Uma educação que trabalhe a multidimensionalidade da condição humana certamente deverá também reconhecer e privilegiar a multirreferencialidade, já que todo processo educativo está sujeito às diferentes interpretações, à pluralidade de enfoques e olhares, pelo simples fato de ser um campo de confluência de várias ciências.

Ademais, a Didática na perspectiva da Epistemologia da Complexidade favorece o “desenvolvimento um estilo de pensamento guiado pelos princípios e operadores cognitivos propostos por Edgar Morin” (SUANNO, 2021). Segundo Morin (2018, p. 97),

[...] um modo de pensar, capaz de unir e solidarizar conhecimentos separados, é capaz de se desdobrar em uma ética da união e da solidariedade entre humanos. Um pensamento capaz de não se fechar no local e no particular, mas de conceber os conjuntos, estaria apto a favorecer o senso de responsabilidade e o da cidadania. A reforma de pensamento teria, pois, consequências existenciais, éticas e cívicas.

Desse modo, a didática, ao promover uma compreensão mais ampla da realidade, proporcionando instrumentos para superar um pensamento mutilado e mutilante, pode representar um caminho para o fortalecimento da democracia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário econômico, político e social brasileiro requer a tomada de consciência do papel e da importância do ato didático. O docente, ao desenvolver seu papel educativo, pode contribuir para que os estudantes se conectem às suas finalidades terrestres, em processos de resistência, conservação e revolução. Por meio de uma mudança paradigmática, a didática, inspirada pela Epistemologia da Complexidade, pode ser um instrumento importante na superação do momento de retrocesso democrático atual.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli E. D. A. de; OLIVEIRA, Maria Rita Neto S. A prática do ensino de didática no Brasil: introduzindo a temática. In: ANDRÉ, Marli E. D. A. de; OLIVEIRA, Maria Rita Neto S. (orgs.). **Alternativas no ensino de didática**. Campinas: Papyrus, 1997.

CASARA, Rubens R. R. **O estado pós-democrático: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis**. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

DIAMOND, Larry. **The Spirit of Democracy**. New York: Holt Paperbacks, 2008.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LINZ, Juan J.; STEPAN, Alfred. **A transição e consolidação da democracia: a experiência do sul da Europa e a da América do Sul**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MIGUEL, Luis Felipe; OLIVEIRA, Michel. Pânico Moral e Ódio à Diferença: a estratégia discursiva do “Escola Sem Partido”. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 6, n. 2, 2021, p. 261-278.

MORAES, Maria Cândida. Didática transdisciplinar como expressão de uma fenomenologia complexa. **Inter-Legere** - Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN. Natal-RN, n. 16, jan./jun. de 2015. p. 186-213.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 24ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 5 ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.

MORIN, Edgar. Entender o mundo que nos espera. In: MORIN, Edgar; VIVERET, Patrick. **Como viver em tempo de crise?** 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015b.

MORIN, Edgar. **A via para o futuro da humanidade**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015c.

MORIN, Edgar; KERN, Anne-Brigitte. **Terra-Pátria**. 6 ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

PIMENTA, Selma Garrido. As ondas críticas da didática em desenvolvimento: resistência ao tecnicismo/neotecnicismo neoliberal. In: SILVA, Marcos; ORLANDO, Cláudio; ZEN, Giovana (orgs.). **Didática: abordagens teóricas contemporâneas**. Salvador: EDUFBA, 2019.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **A democracia impedida: o Brasil no século XXI**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

SUANNO, Marilza Vanessa Rosa. **Campo didático em contraposição ao neoliberalismo e ao neotecnicismo: apontamentos sobre perspectivas interculturais, complexas, transdisciplinares e sensíveis**. ANPED, 2021.

SUANNO, M. V. R. (2022). ENTRE BRECHAS E BIFURCAÇÕES A DIDÁTICA SEGUE EM MOVIMENTO E EM CONTRAPOSIÇÃO AO NEOLIBERALISMO/NEOTECNICISMO. **Cadernos De Pesquisa**, 29 (3). <https://doi.org/10.18764/2178-2229v29n3.2022.46>

SUANNO, Marilza Vanessa Rosa. Didática e trabalho docente sob a ótica do pensamento complexo e da transdisciplinaridade. **Tese de Doutorado em Educação**, pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, pela Universidade Católica de Brasília – UCB, Brasília-DF, 2015. 493 p.